

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 169.429 - SP (2019/0342985-4)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
SUSCITANTE : GOLD BLUE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SPE
LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADO : FABIO RIVELLI - SP297608
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA DE FALÊNCIAS E
RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL DE SÃO
PAULO - SP
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 3A VARA CÍVEL DE GOIÂNIA - GO
INTERES. : RESIDENCIAL MIAMI
ADVOGADO : MURILO DOS SANTOS GUIMARÃES - GO052543

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de conflito de competência, com pedido liminar, suscitado por GOLD BLUE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SPE LTDA, em recuperação judicial, E OUTROS, em face do JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL DE SÃO PAULO - SP, no qual tramitam os autos da recuperação judicial, e do JUÍZO DE DIREITO DA 3A VARA CÍVEL DE GOIÂNIA - GO, no qual tramita a execução nº 5119247.12.2017.8.09.0051 movida por RESIDENCIAL MIAMI.

Afirmam as suscitantes que, embora estivesse em trâmite perante o Juízo Paulistano sua recuperação judicial, o juízo trabalhista determinou o prosseguimento da execução.

Ressaltam, ainda, que as questões tendentes a afetar o seu patrimônio devem ser analisadas pelo Juízo Universal da recuperação.

Requerem, assim, a concessão de medida liminar para determinar o sobrestamento da execução indicada, bem como para designar, em caráter provisório, o Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP, em que é processada a recuperação judicial, para decidir acerca das medidas urgentes.

Pleiteiam, ao final, que seja declarada a competência do juízo da recuperação judicial para decidir acerca de eventuais atos executórios contra as

recuperandas.

É o relatório.

Passo a decidir o pedido liminar.

Deferida a recuperação judicial (1016422-34.2017.8.26.0100), compete ao Juízo em que se processa a recuperação judicial decidir acerca da execução dos créditos contra as recuperandas, ou seja, sobre os atos de disposição de seus ativos para o pagamento dos seus credores.

Assim, havendo o Juízo da 3ª Vara Cível de Goiânia - GO prosseguido com a execução movida por RESIDENCIAL MIAMI, com o bloqueio de valores, faz-se necessária a suspensão da referida demanda.

Ante o exposto, defiro o pedido liminar para determinar a suspensão de quaisquer atos constritivos eventualmente realizados exclusivamente contra GOLD BLUE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SPE LTDA, em recuperação judicial, bem como que o JUÍZO DA 3A VARA CÍVEL DE GOIÂNIA - GO se abstenha de praticar novos atos constritivos na execução nº 5119247.12.2017.8.09.0051 em relação à empresa suscitante, vedando, ainda, a movimentação e liberação de eventuais valores já constritos até que seja julgado por esta Corte o presente conflito de competência.

Designo, outrossim, o JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL DE SÃO PAULO - SP para, em caráter provisório, solucionar eventuais medidas urgentes que se fizerem necessárias, em especial aquelas relativas à prática de atos executórios contra a empresa ora suscitante.

Comuniquem-se, com urgência, as autoridades judiciárias em conflito, oficiando para que prestem informações no prazo de 10 (dez) dias (CPC/2015, art. 954).

Intime-se a Administradora Judicial, PRICEWATERHOUSECOOPERS Assessoria Empresarial Ltda., CNPJ nº 10.466.603/0001-37, representada pelo Dr. José Mauro Braga, com endereço na Avenida Francisco Matarazzo nº 1400, Torre Torino, CEP: 05001-903, São Paulo/SP, para que, no prazo de 10 (dez) dias,

Superior Tribunal de Justiça

preste esclarecimentos sobre o andamento da recuperação judicial, bem como sobre os créditos de RESIDENCIAL MIAMI em discussão na execução nº 5119247.12.2017.8.09.0051 em trâmite na 3ª Vara Cível de Goiânia - GO.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal (RISTJ, arts. 64, V e XIII, e 198).

Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator